

Memória e livros didáticos: as mulheres contra a ditadura

Vanderlei Machado
Colégio de Aplicação/ UFRGS
vandermachado@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa analisar a presença, nos livros didáticos de História, distribuídos através do PNLEM/2008, de uma história na qual persiste o silêncio em torno da participação feminina na luta contra a ditadura instalada no Brasil em 1964. Nos poucos livros em que são mencionadas, as mulheres aparecem apenas como vítimas da repressão. Os estudantes de esquerda que lutaram contra a ditadura brasileira, segundo um dos livros analisados, eram “barbudos e cabeludos”. Este tipo de afirmação, como pretendemos mostrar, contribui para a construção de uma memória androcêntrica, a qual persiste no âmbito do ensino escolar de História. Isso acontece apesar do crescente número de publicações e eventos que visam rememorar as prisões, torturas e o exílio infligido às mulheres que participaram dos grupos de luta armada, bem como suas diferentes formas de resistência à ditadura. A utilização da história oral nas aulas de história pode contribuir para suprir algumas lacunas presentes nos livros didáticos de história, notadamente quando se aborda a história do tempo presente.

O presente texto trata de questões estudadas no âmbito do projeto de pesquisa, que venho desenvolvendo no Colégio de Aplicação da UFRGS, intitulado “A História das mulheres que os livros didáticos não contam”.¹ A idéia desta pesquisa surgiu no ano de 2008. Naquele ano ocorreu uma série de eventos que buscavam rememorar os acontecimentos que marcaram o ano de 1968, no Brasil e no mundo. Entre eles, a movimentação política e cultural daquele ano que culminou com a decretação do AI5 e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Instigado por tais reflexões, procurei perceber como os livros didáticos de História, do ensino médio, têm abordado a participação das mulheres na luta contra a ditadura que se instalou no Brasil, a partir de

¹ Esta pesquisa conta com a participação de Alessandro Güntzel, bolsistas de Iniciação Científica BIC/UFRGS, e Marcelo Dantas, bolsista voluntário. Agradeço a professora Carla S. Rodeghero pelas contribuições que vem fazendo ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

2

1964. Estou entendendo como formas de lutas femininas a participação das mulheres em diversas frentes, como por exemplo, no movimento estudantil, nos grupos que optaram pela luta armada, nas manifestações de rua que pediam a volta à democracia e a libertação de homens e mulheres preso/as pela ditadura, no movimento pela anistia e pelas eleições diretas.

Na construção desta História analisamos um conjunto de livros didáticos de História, denominados *livro do professor*, distribuídos pelas editoras com a finalidade de influenciar na escolha do manual a ser adotado pelas escolas. Até o presente momento exploramos 11 livros. Os demais não foram enviados pelas distribuidoras, apesar de termos solicitado o material. Os livros analisados, na sua maioria, foram publicados no ano de 2005, na cidade de São Paulo.

Segundo o Catálogo do PNLEM enviado aos professores e professoras para a escolha do livro didático, entre os critérios utilizados na seleção dos livros de História está a necessidade deste material abordar “criticamente as questões de sexo e gênero” (PNLEM 2008, p.15). Este documento oficial, assim com outros documentos que tratam da educação no ensino médio, não explicita o que está entendendo por cada uma dessas categorias de análise.

Possivelmente esta abordagem pouco explícita seja um indício de que os estudos de gênero, que vêm sendo elaborados no campo da História, tanto nas universidades brasileiras quanto em instituições de outros países das Américas e da Europa, não tenham ainda sido incorporados pelos autores de manuais escolares. É perceptível, não há como negar, que nos últimos anos, houve uma lenta introdução da História das Mulheres nos livros didáticos de História. Esta aparece, geralmente, nos boxes, em espaço destacado da página, sem qualquer relação com o texto principal.

Nos livros pesquisados, nos capítulos que tratam do período que vai do golpe civil-militar de 1964 até a campanha pelas “Diretas Já”, percebe-se uma centralidade da história política e econômica. No geral, são destacados os eventos que antecederam o golpe, os diferentes governos militares, as crises ou o “milagre” econômico, a luta armada e a repressão, o processo de abertura política, as greves do ABC paulista, a anistia e a redemocratização. Nesta história sobressai a figura masculina.

A história dos momentos que antecederam ao golpe e dos governos militares começou a ser narrada, nos manuais do ensino médio, ainda durante a ditadura (Ver:

3

FAJOLI Filho, 1977). As referências à resistência, a luta armada e a repressão dos órgãos governamentais, como já seria de se esperar, começam a ocorrer logo após a abertura política (ALENCAR, 1985). Na grande maioria dos livros aqui analisados é recorrente o emprego de sub-títulos onde figuram termos como luta armada, oposição, resistência, repressão, guerrilheiros, anos de chumbo, tortura. Estes espaços descrevem as grandes passeatas promovidas pelos “estudantes” e “artistas”, as greves dos metalúrgicos, os grupos armados, as estratégias dos órgãos de repressão e seus métodos de tortura.

Dos onze livros analisados somente três fazem referência às mulheres nos textos sobre a ditadura. Vejamos, então, como os autores/as apresentam a participação feminina nas lutas de resistência, a partir de duas temáticas: a do movimento estudantil e a da luta pela anistia.

A s mulheres no movimento estudantil: uma história em separado

No livro de Mario Schmidt, *Nova História Crítica*, são recorrentes as menções às “meninas”, “donas de casa” e “moças” que se manifestaram ou pegaram em armas contra a ditadura (SCHMIDT, 2005, p. 740). O autor relata que:

Foram adultos e jovens, homens e mulheres, muitos ainda adolescentes, que tiveram a coragem de abandonar o conforto do lar, a segurança de uma vida encaminhada, a tranquilidade da vida de jovem de classe média, para combater um regime opressor com armas na mão (SCHMIDT, 2005, p. 745).

Tais referências não evitam, no entanto, que o autor recorra ao masculino genérico em vários momentos de seu texto e deixe de mencionar o nome das mulheres militantes.

A representação que prevalece nos manuais analisados sobre o movimento estudantil é a de que este tinha um sexo e era masculino. Segundo a descrição feita por Flávio de Campos e Renan Miranda, em *A escrita da História*, os estudantes que protestavam em 1977 eram “cabeludos, barbudos e inconformados” (CAMPOS, 2005,

4

p. 606). Esta imagem nos remete ao fato de que não é somente a utilização do termo “estudante” no masculino genérico que torna invisível a mulher. Também a referência a uma característica física especificamente masculina contribui para isso. Por outro lado, o autor capta e reproduz, com esta expressão, a figura dos revolucionários barbudos que povoaram/povoam o imaginário da esquerda latino-americana, especialmente após a Revolução Cubana.

Na mesma página, no texto intitulado “A repressão aos estudantes”, destacado num box, o mesmo autor faz referência a uma reunião ocorrida na PUC-SP, em setembro de 1977, na qual foram discutidos os passos para a reorganização da UNE, quando agentes do Doi-Codi invadiram o local e prenderam 900 estudantes, espancaram dezenas de professores e alunos. A presença de mulheres neste encontro somente é denunciada pela informação de que “uma estudante teve seu rosto desfigurado” após a explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo (CAMPOS, 2005, p. 606). É novamente o livro de Mario Schmidt que rompe o silêncio ao mencionar que: “contra os meninos e meninas do movimento estudantil, foram lançados homens armados até os dentes (SCHMIDT, 2005, p. 740).

Apesar da maioria dos livros didáticos de História não tratarem da participação feminina nos movimentos de resistência e contestação à ditadura, alguns autores e autoras fazem menção à tortura infligida as mulheres pelos agentes da repressão. Os textos que discorrem sobre a tortura geralmente aparecem destacados nas páginas dos livros ou como epígrafe. Gilberto Cotrim, em *História Global: Brasil e Geral*, transcreve uma fala de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, segundo o qual “durante a ditadura militar, a tortura foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos” (COTRIM, 2005, p. 562). Na fala do líder católico, figura de destaque na denúncia das atrocidades da ditadura, aparece a preocupação com a dignidade humana, atingida na medida em que todos os membros da família poderiam ser vítimas. Estas não aparecem apenas como cidadãos atingidos. Aparecem enquanto ocupando os papéis familiares. A repressão, dentro desta lógica, destrói a família.

O livro de Patrícia C. Braick e Myriam B. Mota, *História das cavernas ao terceiro milênio*, afirma que os militares no poder criaram vários mecanismos de

5

repressão. Esse intrincado aparelho repressivo, afirmam as autoras, “foi responsável pelo desaparecimento, morte e tortura de centenas de cidadãos brasileiros.” Logo a seguir, é transcrito o depoimento de mulheres, presentes no livro *Brasil Nunca Mais*, conforme se reproduz a seguir:

[...] A assistente social Ilda Brande Siegel, de 26 anos, declarou em seu depoimento no Rio, em 1970:

[...] que disseram a ela que a tortura ali era científica, não deixava marcas; que foi espancada e despiram a depoente e provocaram chiques elétricos; que, enquanto um aplicava choque, o Dr. Mimoso abanava a depoente para que a mesma não desmaiasse; que havia pausa a critério médico; que aplicavam choques nos seios, no umbigo e na parte interna das coxas; que, após, foi jogada numa cadeira, já que não podia ficar de pé [...]

[...] A estudante Iná de Souza Medeiros, de 21 anos, contou ao conselho de justiça:

[...] que, após, trouxeram Milton despido, pendurado no pau-de-arara, para que a declarante visse o seu estado e dizendo que, com ela, fariam a mesma coisa e, constantemente, os torturadores proferiam nomes contra Milton e a declarante; [...] que essas moças levaram ferro na unha, choque elétrico e tentativa de afogamento que consistia em tapar o nariz da pessoa e jogar água em cima [...] (BRAICK & MOTA, 2005, p. 166).

Entre os méritos das autoras está o fato de transcreverem excertos dos depoimentos de mulheres que foram vítimas da tortura. Elas têm nome e profissão. Não são homens falando por elas, como descrito anteriormente no livro de Cotrim, ou uma epígrafe num texto que não falará das mulheres, como na obra de Campos e de Miranda (CAMPOS, 2005, p. 590). Pior é o silêncio percebido na maioria dos manuais analisados. Estes silêncios e lacunas podem causar espanto em alguns/mas estudantes mais atentas/os. Estas/es podem perguntar “mas por que torturar mulheres e crianças?” Qual foi a participação delas no enfrentamento e na resistência ao regime militar?

Num primeiro momento de nossa pesquisa acreditamos que a ausência da história da participação das mulheres nas lutas contra a ditadura nos livros didáticos de história se devia à ausência de uma bibliografia que abordasse o tema. Porém, um levantamento nos mostrou que desde o final dos anos 1980 estão sendo publicados livros que relatam as memórias dessas mulheres que romperam estereótipos de gênero e buscaram as ruas para lutar por direitos políticos e contra as injustiças sociais.

Movimento Pela Anistia: as mulheres ganham as ruas, porém ...

Nos últimos anos, é possível perceber um interesse crescente pela história da participação das mulheres brasileiras no movimento pela anistia ao longo dos anos 1970.² Vale lembrar que no ano de 2009 foram comemorados os trinta anos da lei de Anistia de 1979.

Somente em dois, dos onze livros didáticos analisados, a participação das mulheres ou de entidades femininas ou feministas é mencionada. Num subtítulo intitulado “Oposição e movimentos sociais”, as autoras Mota e Braick transcrevem um texto de Nadine Habert, publicado em 1996, que relata:

No decorrer da segunda metade da década de 1970, foram se multiplicando atos de contestação e de protestos, [...]; as ruas foram tomadas pelos movimentos estudantil, popular, operário, de mulheres, alargando o espaço da abertura e revelando que havia não só uma crescente opinião pública contrária ao regime em geral, como também uma diversidade de interesse e reivindicações específicas, de formas de expressão e de organização dos vários setores da sociedade. [...] “Uma das bandeiras da luta que naqueles anos ganhou amplitude social e política nacional foi a da anistia aos presos, cassados, banidos, exilados e perseguidores políticos. Em 1975 foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mães e familiares de ‘desaparecidos’, presos políticos e exilados (BRAICK & MOTA, 2005, p. 166).

O livro de Mario Schmidt também faz menção ao Movimento pela Anistia e à participação das mulheres, nestes termos:

“Em 1975, foi criado o **MFA** (Movimento Feminino Pela Anistia), que lutava para que os presos políticos fossem soltos, os exilados pudessem voltar à pátria e os cassados recebessem justiça. Em 1978, foi criado o **CBA** (Comitê Brasileiro pela Anistia). O Brasil inteiro repudiava a tortura e a arbitrariedade. A saudosa Elis Regina emocionava o país cantando o hino da Anistia: O bêbado e a Equilibrista (de Aldir Blanc e João Bosco). Outros cantores populares, como Chico Buarque e Milton Nascimento, compunham músicas com críticas sutis ao regime militar.” (SCHMIDT, 2005, p. 760).

²Ver: DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento feminista pela anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009; RODEGHERO, C. S. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul. *Tempo e Argumento*, v. 01, p. 99-122, 2009; RODEGHERO, C. S. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, p. 129-137, 2009.

Salta aos olhos dos/as leitores/as o fato das mulheres, nas duas obras, não terem seus nomes declinados, nem sequer das principais lideranças que constituíram o Movimento Feminino Pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia. Somente a cantora, Elis Regina, tem seu nome lembrado. Esta ausência contrasta com as constantes lembranças de nomes de lideranças masculinas, tanto dos grupos de direita, que estavam no poder, quanto de esquerda. Estes sim têm seus nomes e ações descritas na história que os livros didáticos contam. A não menção dos nomes, por outro lado, é a recorrência de um fenômeno contemporâneo à luta pela anistia. Em 1979, ano da intensificação da luta e da aprovação do projeto governamental de anistia, a grande imprensa, geralmente temerosa de uma Anistia ampla, geral e irrestrita, falava do movimento sem nunca mencionar sequer o nome das organizações envolvidas. Outros protagonistas ou possíveis beneficiados pela medida – todos homens – ganhavam as páginas dos periódicos, como foi o caso de Teotônio Vilela e de Leonel Brizola. (GRECO, 2003).

As mulheres que durante a ditadura instalada no Brasil, como uma crescente bibliografia tem demonstrado, pegaram em armas, protestaram nas ruas, exigiram a libertação dos presos/sas por motivações políticas, o retorno dos/as exilados/as, as Diretas Já, ainda aguardam que suas histórias sejam contadas nos livros didáticos de História.

Possibilidades de romper o silêncio

A leitura da maioria dos textos dos livros didáticos de História não permite que os/as alunos/as percebam a participação das mulheres nos eventos que marcaram a resistência à ditadura. Porém, esse silêncio é rompido quando dirigimos nosso olhar para as imagens presentes em alguns livros didáticos. As fotos que retratam as passeatas estudantis (BRAICK & MOTA, 2005, p. 159), a marcha dos cem mil, os banidos na hora do embarque, o funeral de estudantes e trabalhadores mortos pelos agentes da repressão, os cartazes dos/as procurados/as, entre outras, denunciam com grande eloquência a presença das mulheres na luta contra a ditadura militar. Não é possível perceber alguma intencionalidade dos autores e autoras, no sentido de destacar a

8
participação feminina nos eventos retratados, isso porque, nas legendas das referidas fotos, são feitas menções genéricas, utilizando-se termos como populares, jovens, estudantes, manifestantes, presos políticos, para descrever cenas onde figuram homens e mulheres.

Outra possibilidade a ser explorada é a busca das referências bibliográficas apresentadas por alguns dos livros analisados, como é o caso das obras de Mario Schmidt e de Patrícia Braick & Myriam Mota. O primeiro faz menção a *Mulheres que foram à luta armada* (CARVALHO, 1998) e a *Iara: reportagem biográfica* (PATARRA, 1992). Braick & Mota, por sua vez, lembram aos/as leitores/as sobre a existência de sítios na Internet que apresentam um resgate histórico de desaparecidos/as políticos da ditadura militar.³ Exemplos como estes podem possibilitar que professores/as e alunos/as tenham condições de aprofundar o seu conhecimento sobre o tema.

Acreditamos que a análise da história da participação das mulheres nas lutas contra a ditadura civil-militar no Brasil apresenta-se como uma excelente oportunidade para desenvolver a habilidade da pesquisa em sala de aula. Visando motivar os alunos e alunas para o trabalho, o/a professor/a poderá pedir que os mesmos assistam alguns capítulos, previamente selecionados, da mini-série “Anos Rebeldes”. Nesta produção, temas como o movimento estudantil, a liberação sexual e uso de anticoncepcionais, os conflitos familiares, a cultura e a contracultura, a guerra dos EUA contra o Vietnam e os reflexos da revolução cubana no Brasil, entre outros assuntos, são abordados. Cabe destacar a personagem Eloísa (interpretada por Claudia Abreu) e as transformações por ela vivenciadas ao longo da trama, tais como: as mudanças em seu corpo (gestos e maneira de se vestir), sua participação na luta armada, a tortura e, finalmente, a morte da jovem militante numa barreira policial.

Um debate sobre uma obra de ficção como esta, ou como inúmeros outras que retratam o período da ditadura pode servir como forma de instigar os/as estudantes, reunidos em grupos, a escolherem um tema para ser aprofundado através da pesquisa. Pode-se sugerir, por exemplo, entrevistas com mulheres (professoras, líderes sindicais, artistas, etc.) buscando saber como elas vivenciaram o período da ditadura e as lutas

³ MOTA, Myriam Becho & BRAICK, Patrícia do Carmo. Opus cite. p. 166. Os sítios citados são os do Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos e o do Grupo Tortura Nunca Mais.

9

pela redemocratização do Brasil. Pode-se, ainda, aprofundar, com a ajuda da Internet, do cinema, da literatura de ficção, e de biografias, a trajetória de militantes como Bete Mendes, Dulce Maia, Iara Iavelberg, Aurora Nascimento Furtado, Lúcia Murat, Jessie Jane, Derlei Catarina de Luca, Zuzu Agel, entre tantas outras.

Algumas conclusões

Os indícios da participação feminina nas lutas contra a ditadura no Brasil, presentes em alguns dos livros didáticos de História, através de relatos de torturas, podem passar despercebidos de muitos professores e professoras das escolas brasileiras. Como procuramos demonstrar, esta história ainda está excluída da grande maioria dos manuais distribuídos pelo governo federal aos alunos e alunas das escolas públicas brasileiras. Tal lacuna contribui para consolidar uma visão da história na qual a alguns homens cabe o comando político. À mulher resta o privado. E este, geralmente, é invisível, mesmo que tenha sido espaço importante para a resistência.

Nos últimos anos é possível perceber um incremento nas pesquisas que abordam esse tema (Ver: PEDRO & SCHEIBE, 2010). Porém, esta bibliografia ainda não chegou nas bibliotecas das escolas públicas ou não se fez sentir na formação dos professores. O emprego da história oral em sala de aula, como foi sugerido acima, pode ser de grande valia para inserir o tema da participação das mulheres nas lutas contra a ditadura e nos movimentos que exigiam o retorno à democracia no Brasil. Os próprios alunos e alunas podem sugerir nomes de mulheres que serão entrevistadas por eles, com a devida orientação. Os textos elaborados a partir desses relatos podem ser divulgados no jornal da escola, em sítios da Internet, em cartazes afixados nos corredores que levam às salas de aulas, entre outras formas de divulgação. Podem ser buscadas entrevistas já realizadas, especialmente em Laboratórios ligados aos cursos superiores de História.

Porém, a utilização da história oral em sala de aula não exime os autores e editoras de livros didáticos da responsabilidade de inserir a temática em tela nesses manuais. Devido ao fato de serem distribuídos gratuitamente entre os/as estudantes do

10

Ensino Médio de todo o Brasil, os livros didáticos podem contribuir para desconstruir ou para reforçar estereótipos de gênero, de classe, de etnia, entre outros, presentes em nossa sociedade. Ao se abordar a História da participação feminina nas lutas pela cidadania e no combate às desigualdades econômicas, sociais e de gênero, estaremos contribuindo para ampliar os horizontes de expectativas de meninos e meninas, demonstrando que tanto as mulheres quanto os homens podem participar da esfera pública política. Com esse objetivo, a História da participação feminina nos movimentos que combateram a ditadura no Brasil é uma História que precisa ser contada.

Fontes: Livros didáticos analisados – Distribuídos pelo PNLD/2008

BRAICK, Patrícia do Carmo R. & MOTA Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Vol. 3. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

CAMPOS, Flávio de & MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Editora Escala, 2005.

COTRIM, Gilberto Vieira. *História Global: Brasil e geral*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de; PEDRO, Antonio. *História do Mundo Ocidental*. São Paulo: Editora FTD, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Atual, 2005.

OJEDA, Eduardo A. B.; PETTA, Nicolina L.; DELFINI, Luciano Emídio. *História: Uma abordagem integrada*. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

REZENDE, Antonio Paulo & DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História*. São Paulo: Editora Atual, 2005.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo & SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. São Paulo: Editora Nova Geração, 2005.

SENIZE, Maria Helena V.; PAZZINATO, Alceu. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

Bibliografia

ALENCAR, Francisco. *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretária da Educação Básica, 200.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira, (Et al). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

De LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: ed. do autor, 2002.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento feminista pela anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009

FAJOLI FILHO, Arnaldo. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1977.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP) n. 8/9, p. 319-342, 1997, p.338.

GRECO. Heloísa. *As dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG. Tese de doutorado, 2003.

MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade: uma história dos anos de repressão e da juventude brasileira pós-64 na visão de uma mulher*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MORAES, João Luiz. *O Calvário de Sônia Angel: uma história de terror nos porões da ditadura*. Ed. MEC, s/d.

PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Editora MAUAD, 1996.

PATARRA, Judith. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

12

PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Scheibe (org): *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1996.

RODEGHERO, C. S. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul. *Tempo e Argumento*, v. 01, p. 99-122, 2009.

------. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, p. 129-137, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen . O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, Vol. 12, n. 2, 2004, p. 35-50.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.